

TALES FARIA

Jornalista e comentarista de política

Governo ameaça, mas não quer aplicar a Lei da Reciprocidade

A diplomacia brasileira vê esse primeiro momento do tarifaço anunciado pelo governo dos Estados Unidos como uma fase de maior retórica do que de medidas efetivas.

A própria Lei da Reciprocidade Econômica está sendo usada pelo governo brasileiro, neste momento, apenas como um instrumento de ameaça. Não há, de fato, expectativa na área econômica, nem desejo no Palácio do Planalto de aplicá-la.

A Lei foi sancionada em 2025. Permite que o Brasil responda a medidas unilaterais impostas por outros países e autoriza o governo a aplicar tarifas de retaliação, assim como suspender acordos, benefícios tributários e até concessões de propriedade intelectual. Nunca aplicada. Durante o primeiro tarifaço, o governo apenas iniciou os trâmites burocráticos para acioná-la, mas acabou não precisando. Além disso, a aplicação prática das barreiras demora a acontecer, tem que passar por várias etapas obrigatórias.

A estratégia passada pelo Palácio do Planalto é atuar no caso do tarifaço da mesma forma que o presidente norte-americano, Donald Trump: ora elevando o tom, ora passando o pano, sempre

VINÍCIUS LUMMERTZ

Senior Fellow do Milken Institute, foi ministro do Turismo e secretário de Turismo e Viagens de São Paulo.

Quem constrói os símbolos de uma nação?

Estou diante da Sagrada Família. Há uma pergunta que raramente fazemos diante de uma grande obra de arquitetura. Conhecemos o arquiteto, admiramos a criatividade e discutimos a técnica, mas quase nunca perguntamos quem tomou a decisão política que a tornou possível, quem enfrentou críticas, reuniu recursos e aceitou o risco de realizar algo cujo reconhecimento talvez só chegasse décadas depois. Essa omissão não é apenas uma injustiça histórica; ela ajuda a explicar por que tantas democracias perderam parte da capacidade de pensar além do próximo ciclo eleitoral.

A Sagrada Família, iniciada em Barcelona em 1882, tornou-se muito mais que uma igreja. É um dos maiores ativos econômicos, culturais e simbólicos da Espanha, recebe milhões de visitantes e projeta a cidade no mundo. O mesmo ocorre com a Torre Eiffel, o Cristo Redentor e a Estátua da Liberdade, obras que deixaram de ser construções para se tornar patrimônio permanente. Nenhuma nasceu da unanimidade. Todas enfrentaram a acusação de serem caras, desnecessárias ou extravagantes. O tempo, porém, faz uma distinção que a política esquece: certas despesas desaparecem, enquanto certos investimentos aumentam de valor por gerações.

A França de François Mitterrand oferece uma lembrança atual. O Grande Arco de La Défense nasceu de um concurso internacional vencido, entre centenas de propostas, pelo então pouco conhecido arquiteto dinamarquês Johan Otto von Spreckelsen. No mesmo ciclo, Mitterrand confiou ao sino-americano I. M. Pei a Pirâmide do Louvre, recebida com resistência e hoje inseparável de Paris. Um filme recente sobre o Grande Arco recupera o que a memória pública quase sempre apaga: a interação difícil, mas decisiva, entre o criador e o governante que sustentou a obra. Sem talento arquitetônico não existe grande projeto; sem decisão política, ele permanece no papel.

O Brasil também já demonstrou essa capacidade. Em apenas quatro anos, Juscelino Kubitschek, ao lado de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, construiu Brasília, alterou a geografia política nacional e criou uma das maiores realizações urbanísticas do século XX. Décadas depois, Palmas organizou com qualidade a capital do Tocantins, mas segundo uma ambição mais admi-

deixando uma porta aberta para avanços e para recuos.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vê vantagens para sua campanha à reeleição no embate com Trump – e as pesquisas eleitorais já mostraram isso. Mas não quer exagero. Quanto às acusações de estar usando eleitoralmente o episódio, os articuladores políticos do governo argumentam que os bolsonaristas vinham tentando explorar o tema eleitoralmente desde o início. Então, as acusações ficarão apenas como chumbo trocado dos dois lados, mas sem efetividade.

A equipe de campanha já prepara peças publicitárias para repisar que o primeiro tarifaço foi festejado pelo pré-candidato do PL a Presidência, senador Flávio Bolsonaro (RJ), depois de pedidos públicos do seu clã para os EUA aplicarem essas medidas contra o Brasil. Flávio só voltou atrás depois que percebeu o prejuízo eleitoral sofrido pela família.

Nesta quinta-feira, 16, o pré-candidato, se apressou em divulgar um vídeo em que tentou jogar a culpa sobre o presidente Lula. Chegou a dizer que o presidente não tinha mais como governar o país.

Flávio não festejava o tarifaço, explicitamente no vídeo, mas, segundo a avaliação do governo, se apresentou com um tom vitorioso que só fez reforçar a imagem de que estava torcendo pela aplicação das tarifas.

Para os governistas, esse tipo de impressão deixada pelos bolsonaristas já vinha levando para o lado do goveno empresários que não morriam de amores pelo presidente Lula. Estariam concluindo que os bolsonaristas são capazes de prejudicar a economia do país em função de seus interesses eleitorais.

nistrativa do que simbólica. A comparação mostra que uma cidade pode funcionar bem sem entrar no imaginário do mundo e que, ao erguer uma obra destinada a atravessar séculos, um país deve convocar os melhores arquitetos, urbanistas e engenheiros.

Foi o que compreenderam a China e países do Oriente Médio. Dubai e Abu Dhabi fizeram da arquitetura, do urbanismo e dos grandes equipamentos culturais parte de sua estratégia de desenvolvimento e projeção internacional, contratando grandes nomes internacionais. As diferenças entre regimes não podem ser ignoradas, mas tampouco se deve evitar uma constatação incômoda: hoje existe, nesses países, uma correlação mais direta entre visão pública, decisão, continuidade e resultados concretos do que em muitas democracias ocidentais, onde a vigilância sobre o poder acabou confundida com aversão à ambição de longo prazo.

A liberdade, a transparência e o controle público são conquistas irrenunciáveis, mas não podem transformar toda grande obra em suspeita. O dinheiro que falta à educação, à saúde, à segurança e à infraestrutura não desaparece porque um país construiu um patrimônio capaz de gerar riqueza por mais de cem anos; desaparece na corrupção, na má gestão, no desperdício, na baixa eficiência do Estado e no populismo que troca resultados permanentes por aplausos imediatos. A hipocrisia começa quando se usa a pobreza para impedir o futuro, enquanto se toleram perdas maiores que não deixam patrimônio algum.

Também precisamos rever a maneira como contamos essas histórias. Assim como registramos o nome dos arquitetos, engenheiros e artistas, deveríamos preservar a memória dos líderes públicos que tornaram as obras possíveis. Não como culto à personalidade, mas como reconhecimento institucional e incentivo ao estadismo. Quando a sociedade registra apenas o custo político e apaga o legado, ensina aos governantes que pensar grande não compensa; quando reconhece quem decidiu com coragem e responsabilidade, estimula outras gerações a fazer o mesmo.

As civilizações não permanecem vivas apenas por seus indicadores econômicos ou pelos governos eleitos, mas pelo patrimônio que criaram. O desafio de uma democracia madura não é escolher entre cuidar do presente e construir o futuro, e sim fazer as duas coisas com integridade, competência e visão. Talvez a pergunta que deva orientar o Brasil seja menos quanto custa realizar uma grande obra e muito mais quanto custa, para uma nação, perder a coragem de imaginar e construir símbolos que continuem gerando riqueza, identidade e confiança quando todos nós já pertencermos à história.

EDITORIAL

Quando a autoridade ignora um crime

O vídeo gravado em Americana, mostrando um motociclista empinando uma moto sem capacete a poucos metros de uma viatura da Guarda Municipal, sem qualquer repreensão ou abordagem, provoca uma sensação de impunidade, que se agrava pela inércia daqueles que representam a lei. O caso, divulgado escandalosamente pelas redes sociais, coloca em dúvida um princípio fundamental da segurança pública, o da certeza de que a lei vale para todos.

A Corregedoria faz bem em investigar a conduta dos agentes. É preciso apurar se houve negligência, omissão ou alguma circunstância que explique a ausência de intervenção. Mas o impacto das imagens já ultrapassou os limites da ocorrência. Em poucos segundos de vídeo, milhares de pessoas passaram a questionar a atuação de quem tinha o dever de coibir uma infração evidente.

O problema torna-se ainda mais grave porque a gravação foi publicada em uma página dedicada à divulgação de manobras perigosas, acompanhada de comentários que exaltam esse tipo de comportamento infantil e irresponsável. Quando a imprudência ganha aplausos nas redes sociais e não encontra resposta por parte das autoridades, transmite-se a falsa impressão de que desafiar a lei pode ser algo aceitável.

Empinar motocicletas em vias públicas está longe de ser uma demonstração de habilidade. É, sim, uma conduta que coloca em risco a vida do próprio motociclista, de pedestres e de outros motoristas. Sem capacete, o potencial de uma tragédia é ainda maior.

A atuação das forças de segurança é naturalmente cercada por limitações operacionais e decisões que precisam ser tomadas em segundos. Ainda assim, quando a infração ocorre diante de uma viatura sem qualquer reação aparente, inevitavelmente a população cobrará explicações.

A autoridade pública constrói a sua legitimidade pela coerência entre o que a lei determina e aquilo que efetivamente faz cumprir. Quando essa coerência desaparece, perde-se força na imagem da corporação e na confiança institucional.

Mais do que identificar eventuais responsabilidades individuais, o caso deve servir como um importante aprendizado. A fiscalização eficiente não se mede apenas pelo número de multas ou prisões, mas pela capacidade de demonstrar, na prática, que as regras existem para proteger a vida e que absolutamente ninguém está acima delas.

OPINIÃO DO LEITOR

Duelo de Titãs

Os craques estão fazendo a diferença nessa Copa, Espanha e Argentina prometendo um duelo de gigantes entre duas seleções mais fortes da competição. Esse jogo promete! Imperdível!

José Ribamar Pinheiro Filho, Brasília - Distrito Federal

Contribuições por e-mail: endereço@correiodamanha.net.br

Correio da Manhã

FUNDADO EM 15 DE JUNHO DE 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) | Paulo Bittencourt (1929-1963) | Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

campinas.correiodamanha.com.br

Publisher
CLÁUDIO MAGNAVITA
redacao@correiodamanha.com.br

REDAÇÃO

Affonso Nunes (editor #cm 2) Gabriela Gallo, Ive Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)
Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

EDITORIA DE ARTE

Coordenação: José Adilson Nunes (projeto gráfico); Diagramação: Anderson Sá, Ricardo Gomes (projeto gráfico) e Thiago Ladeira - Marcos Lima (Gestor de TI)

TELEFONES

(21) 2042 2955 **Whatsapp:** (21) 97948-0452 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

RIO DE JANEIRO Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520 Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057	BRASÍLIA ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Nucleo Bandeirantes Brasília - DF CEP 71736-20	SÃO PAULO Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP, - CEP 05001-200 Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13010-132
---	--	--

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal